



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

DANUZA DARC REIS LOPES

ESTUDANTES TRABALHADORES DO NOTURNO:  
ACESSO, PERMANÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR

**BRASÍLIA - DF**

**2017**

DANUZA DARC REIS LOPES

ESTUDANTES TRABALHADORES DO NOTURNO:  
ACESSO, PERMANÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção de título de Bacharel em  
Serviço Social à Comissão  
Examinadora do Departamento de  
Serviço Social.**

**Orientador: Prof. Dr. Newton Narciso  
Gomes Júnior.**

**BRASÍLIA – DF**

**2017**

DANUZA DARC REIS LOPES

ESTUDANTES TRABALHADORES DO NOTURNO: ACESSO,  
PERMANÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR

**Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentando ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como  
requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Júnior  
Departamento de Serviço Social – UnB  
Presidente**

---

**Profa. Dra. Lucélia Luiz Pereira  
Departamento de Serviço Social – UnB  
1ª Examinadora**

---

**Mestrando Leandro Monerato  
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural-  
MADER FUP/ UnB  
2ª Examinador**

Dedico este trabalho a  
minha mãe, meu maior  
amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe Lucilene, minha inspiração, meu exemplo de ser humano, de força, coragem, luta e de amor incondicional. Não foi fácil sair de casa e deixar você, no início pensei que não conseguiria, mas você sempre me apoiou e incentivou a correr atrás dos meus sonhos, a crescer e ser independente, assim como você. Eu te amo muito.

Agradeço aos amigos que fiz nessa jornada, Amanda, melhores conselhos, as melhores conversas. Ana Carolina, desde o início do curso comigo, Camila mãe do Rafa, tão calma, paciente. Ias, grande amiga, guerreira e do coração enorme. Mega, meu amigo querido, alegre e doce. Thalita, minha companheira de handebol e para as melhores conversas. Mônica, uma joia que encontrei no trabalho, obrigada por tudo.

Agradeço ao meu orientador professor Newton, pela paciência, por me tranquilizar e pelo apoio ao longo deste trabalho.

Agradeço a professora Lucélia, pela ajuda, me direcionar e fazer com que este trabalho ficasse mais rico.

Obrigada!

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário,  
o seu ser social que lhe determina a consciência.”

- Karl Marx

LOPES. Danuza Darc Reis. **Estudantes trabalhadores do noturno: Acesso, permanência e democratização da educação superior.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2017, 59p.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as condições do estudante-trabalhador, de que forma acessa o ensino superior, como permanece nele e quais os impactos essa combinação pode trazer durante a formação. Pensando assim, e observado que o tema faz parte da realidade de muitos estudantes, busca-se compreender quais as dificuldades encontradas durante essa jornada, de que forma é possível conciliar estudo e trabalho, e se essa combinação pode prejudicar o desempenho acadêmico do aluno. O referencial teórico buscou abordar alguns elementos relacionados ao tema deste trabalho, quais sejam: o contexto histórico da educação superior no Brasil e os estudantes trabalhadores, o acesso e permanência dos estudantes-trabalhadores e o perfil socioeconômico dos estudantes do noturno com base nos dados do questionário introdutório para os estudantes que realizaram o Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) de 2015. Conclui-se basicamente que coexistência entre trabalho e estudo afeta na qualidade da formação do estudante trabalhador.

**Palavras-chave: estudante trabalhador, educação e trabalho, curso noturno, democratização, acesso e permanência.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 OS ESTUDANTES E O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....</b>	<b>11</b>
1.2 Educação e sua relação com o trabalho.....	16
1.3 Por que conciliar estudo e trabalho.....	19
1.4 Desempenho acadêmico.....	23
<b>2 ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES TRABALHADORES DO CURSO NOTURNO.....</b>	<b>26</b>
2.1 Democratização do ensino superior.....	29
2.2 Políticas de assistência estudantil.....	31
<b>3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS.....</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXO- QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE ENADE 2015.....</b>	<b>47</b>





## INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo é realizar uma análise sobre o contexto do estudante trabalhador: o ambiente do trabalho e o mundo da sala de aula, do aprendizado. Esse processo, trabalhar e estudar, faz com que muitos se apercebam das dificuldades associada a esse duplo papel e sintam as consequências do desgaste e desamparo cotidianamente, não raro levando alguns a desistirem do sonho de estudar numa universidade. Essa problemática me atinge na medida em que sou parte dessa realidade e compartilho de várias situações cotidianas vividas por muitos colegas.

Por que, mesmo com a melhoria de oferta de cursos e condições de acesso à universidade pública para jovens trabalhadores ocorridas nos últimos anos, as condições objetivas que poderiam melhorar a socialização e a qualidade da formação do estudante trabalhador não se modificou? Como poderiam ser melhoradas as condições para que o estudante trabalhador pudesse usufruir mais e melhor da universidade?

A realidade vivida pelos estudantes do turno da noite e que trabalham durante o dia tende a ser marcada por isolamentos e fragmentações uma vez que o cotidiano da dupla jornada reduz as possibilidades de socialização na universidade. São exemplos dessa realidade, o tempo reduzido para o estudo, cansaço mental e físico, não participação nas atividades extraclasse e não raro um desempenho aquém do potencial do aluno trabalhador.

O olhar nesse Trabalho de Conclusão de Curso está voltado para a realidade do curso de Serviço Social, do qual sou aluna regular desde 2012. A formação crítica ofertada é sem dúvida um diferencial em relação às múltiplas opções que limitam a apreensão da realidade ao que toca às rotinas de trabalho, da profissão. Se a formação crítica por um lado propicia a emancipação do pensamento da assistente social, por outro, aguça a percepção sobre os contenciosos que envolvem o cotidiano do estudante na universidade, em particular, do estudante do noturno que experimenta desde os horários restritivos da biblioteca central, a precariedade do transporte no campus, a insegurança dos espaços mal iluminados e assim por diante.

A melhoria das condições de aprendizado e convivência para os estudantes dos cursos noturnos da Universidade de Brasília está associada a decisão política da reitoria em converter o Campus Darcy Ribeiro em um espaço com as mesmas condições de operação nos períodos noturno e diurno.

Para tratar desse tema que nesta monografia cumpre o papel de marco teórico, foram desenvolvidas duas categorias centrais à reflexão: trabalho e educação. Mais do que defini-las a intenção foi buscar relações entre elas seja no plano teórico seja no como se dão essas relações no contexto da sociedade onde a vida se desenvolve com seus contrastes e conflitos.

O segundo é uma aproximação da realidade em que se encontram aqueles que estudam à noite e trabalham durante o dia. Para tanto, foi feita uma incursão sobre as formas de acesso ao ensino superior no Brasil e os elementos que tanto podem contribuir quanto prejudicar as condições necessárias à permanência do aluno na universidade, especialmente aqueles que enfrentam restrições de renda, cumprem dupla jornada – estudo e trabalho-, necessitam ou são usuários das políticas de assistência estudantil nas universidades públicas e em especial na Universidade de Brasília.

No terceiro capítulo a discussão girou em torno do perfil socioeconômico dos estudantes que compartilham seu tempo entre a rotina cotidiana de trabalho e a universidade. O olhar aqui voltou-se para os contenciosos associados a essa dupla jornada, dentre os quais a compressão do espaço tempo decorrente das restrições de mobilidade urbana, considerado como um fator de comprometimento da qualidade de vida com reflexos na vida laboral e acadêmica de quem convive com essa realidade, os dados apresentados são do questionário introdutório do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) do ano de 2015.

## 1. OS ESTUDANTES E O CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Quando o Brasil era ainda uma colônia portuguesa, era necessário que a burguesia mandasse seus filhos para a Europa, na maioria das vezes à Coimbra, quando desejavam que eles tivessem acesso ao ensino superior. Essa possibilidade fez com que, durante muito tempo, fosse criada uma resistência à criação de um projeto de ensino no Brasil. (MARTINS, 2002).

Martins (2002) narra que no momento em que a corte de Portugal veio para o Brasil, algumas escolas de ensino superior foram instaladas na Bahia e Rio de Janeiro. No entanto, somente em 1915, já no Brasil República, o governo criou escolas politécnicas, faculdades de direito e medicina na primeira instituição de ensino superior do país, a Universidade do Rio de Janeiro.

Sendo assim, o ensino superior foi instaurado sobre o modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Para, além disso, foi caracterizado prioritariamente como elitista, já que só atendia os filhos da burguesia colonial que não queriam mais estudar na Europa. O fato de os cursos iniciais terem se voltado ao ensino prático com as escolas politécnicas e medicina marcou profundamente o ensino superior no Brasil e justifica algumas características que até hoje estão presentes no nosso sistema educacional.

No ano de 1961 foi criada a Universidade de Brasília, como aponta Nunes (2001). A retomada da ideia de que o ensino superior deveria ser caracterizado por instituições de produção de cultura científica e profissionalização foi trazida pelo professor Darcy Ribeiro que teve seu projeto interrompido no período do golpe militar de 1964. O golpe trouxe retrocesso no ensino, como salienta o autor:

Do golpe em diante, a data relevante é 1968, com a lei de Reforma Universitária. Até lá, o que houve foram medidas de intimidação. Foi uma lei abrangente, dizia qual ensino as universidades teriam e que teriam que ter uma estrutura. As universidades tiveram que se ajustar. (...) foi criado um centro de estudos gerais, que não deu muito certo, mas estava lá. O relevante é que o governo tenta estruturar a universidade. Eles seguiram um modelo americano de 'desprofissionalização'. Essa lei ficou vigente por muito tempo e algumas ideias não deram certo. Logo depois, as

universidades passaram por momentos difíceis, com o AI-5 intimidando e proibindo às pessoas, a liberdade de expressão. (NUNES, 2001; p. 18)

Seguinte à reforma, a próxima lei pertinente para o avanço educacional do país foi a de Diretrizes e Bases, no ano de 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso. No decorrer desse governo o ensino superior no Brasil restabeleceu seu desenvolvimento, devido ao sensível aumento de vagas em instituições privadas (MUSSE, 2000).

O professor e sociólogo da Universidade de São Paulo (USP) Ricardo Musse (2000) declara que a demanda dos alunos concluintes do ensino médio na época cresceu e teve como consequência a necessidade da ampliação de vagas no ensino superior. Sendo assim, o ensino privado foi bastante ampliado, visto que a legislação facilitou a abertura de novas instituições com diferentes cursos, principalmente em faculdades, centros universitários e universidades (MUSSE, 2010).

Devido aos fatores mencionados por Musse (2010), o ensino superior no Brasil teve uma significativa expansão a partir da década de 1990. Essa expansão vem acompanhada de questões acerca do destino da educação superior no país. Se em determinado aspecto apresenta a preocupação com a qualificação de mão de obra adequada aos espaços da economia globalizada, por outro reafirma o discurso da democratização ao acesso, por anos destinado a determinadas classes sociais.

Assim, houve um incremento significativo no número de matrículas no ensino superior nos anos de 2001 a 2010, em percentagem representada por um aumento de 110,1%. (Brasil / MEC, 2012).

Inúmeros fatores podem ser atribuídos a essa nova realidade, entre elas o crescimento econômico alcançado pelo Brasil e a necessidade de mão de obra especializada, políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e Programa Universidade para Todos - ProUni.

No Brasil, país caracterizado prioritariamente pelas suas enormes desigualdades, o ensino superior apresentou-se como caminho para acesso a patamares socioeconômicos e culturais maiores. Além disso, novos formatos de cursos que vão

desde o ensino a distância até os cursos de menor tempo de duração, denominados tecnológicos, contribuem para o atual aumento de alunos ingressantes no ensino superior (PORTO & RÉGNIER, 2003).

De acordo com os autores Porto e Régnier (2003), as possibilidades de diferentes cursos e meios de ingresso permitiram a massificação do ensino, ao contrário de sua plena democratização. Sendo assim, embora as pessoas tenham abrangentes possibilidades de acesso, elas não possuem as mesmas chances de permanência, por exemplo. No cenário nacional, o processo de massificação do ensino superior tem gerado uma expectativa cada vez maior de ingresso, sendo almejado como meio para a ascensão social. Dessa forma, a graduação já não é mais um privilégio social para determinadas classes (média e alta), mas tem aberto possibilidades de acesso para camadas cada vez mais amplas da população (PORTO & RÉGNIER, 2003).

As transformações no modelo do ensino superior brasileiro são encaradas, de modo geral, de maneira otimista, visto que as novas propostas apresentam modificações que podem ao menos diminuir as desigualdades em termos sociais entre os brasileiros. Longe de resolver os problemas de desigualdade eminente no Brasil, a massificação do ensino superior colabora para o acesso à informação, por muito tempo direcionada somente as camadas mais altas da população, e capacita mais indivíduos, trazendo conseqüentemente, avanços significativos ao país. Vale ressaltar que esse cenário exige maiores esforços para que a permanência seja garantida aos alunos ingressantes, visto que muitas são as dificuldades enfrentadas no que diz respeito a concluir o ensino superior.

Na última década, foram propostas políticas inclusivas e ações afirmativas, tais como o ProUni e as políticas de cotas, como solução para a democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, ampliar o acesso e garantir equidade na formação dos discentes é tema de muitos estudos, pois o acesso facilitado não é garantia de permanência e equidade para alunos ingressantes. (CAON, 2010; p. 03)

O ingresso desse grupo representa uma conquista importante, a garantia da permanência até a finalização do curso é uma conquista ainda maior. Provenientes de famílias de classe média ou baixa, os novos estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ou nenhuma ajuda familiar para essa finalidade. Além disso, quando provenientes de outras cidades ou estados,

eles precisam manter-se em casas que não são suas, com diversas despesas acrescidas por isso. (CAON, 2010)

No ano de 2015 o Censo da Educação Superior apontou informações importantes acerca das principais características desses alunos ingressantes no ensino superior. Esses dados mostram que os alunos são prioritariamente do sexo feminino com média de 18 anos, sendo a forma de ingresso mais recorrente o vestibular logo em seguida da conclusão do ensino médio. A maior parte dos alunos estão matriculados em instituições privadas de ensino, e após o vestibular utilizam o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como meio de ingresso. De acordo com a organização acadêmica o número de Instituições no Brasil é no total 2.364, sendo estes compostos por 195 Universidades, 149 Centros Universitários, 1.980 Faculdades e 40 Ifs e Cefets.

Os dados ainda apontam que o turno noturno é o mais demandado nos cursos de graduação presencial. (Brasil / INEP, 2015).

Embora não existam estatísticas oficiais que discutam com exatidão o perfil do aluno universitário em termos socioeconômicos, de gênero, faixa etária, e outros atributos pessoais (VARGAS, 2010) sabe-se que a maioria é formada por alunos trabalhadores através de observação prática. Salas de aulas lotadas no curso noturno sugerem como fator principal a possibilidade de conciliar trabalho e estudo (CARDOSO; BZUNECK 2004 ).

Considerar a condição desses alunos universitários deve ser o ponto de partida para as inovações nas universidades, tanto em aspectos estruturais professor orientador e ensino à distância (TERRIBILI FILHO, 2007). Além das modificações estruturais próprias das instituições, vale a pena ressaltar a importância de considerar os estudantes universitários como aprendizes, já que essa condição constitui a principal característica das atividades formativas da universidade e do próprio indivíduo em período de formação.

Para professores universitários, considerar esse aspecto é fundamental e, apesar do que poderia parecer, é algo extremamente novo, já que, no melhor dos casos, sabemos apenas como nossa formação e como nossa identidade profissional se construiu a partir dos conteúdos científicos da disciplina que lecionamos. No entanto a dimensão pessoal de como os alunos aprendem, de como transitam por sua mente e por seu coração os conteúdos que lhes explicamos, isto é "alheio" ao espaço de preocupações e saberes dos professores. (ZABALTA. 2004, p. 160)

Zabalta (2004) pontua a importância de o docente estar atento aos diversos aspectos que constituem o indivíduo, ressaltando que é fundamental que o professor considere os processos e as estratégias que auxiliam o aluno na aquisição do conhecimento, buscando a colaboração nos diversos aspectos: motivação, conhecimentos prévios e expectativas pessoais.

É preciso que levemos em consideração não apenas os processos vinculados ao ensinar quando abordamos a situação do ensino superior no Brasil, mas também os de aprender. Para isso devemos compreender como aprendem os alunos e sob quais circunstâncias essa aprendizagem é eficaz.

Em suma, quando se propõe a democratização do ensino superior é fundamental que se crie um plano de adequação para a infraestrutura e, principalmente, a execução de políticas educacionais que possibilitem a permanência dos alunos nas universidades em iguais condições de participarem e interagirem com o meio acadêmico. Sem esses aspectos, o aumento do ensino não será sinônimo de democratização, já que na sua ausência, a universidade deixa de assegurar sua função como formadora e produtora de conhecimentos para o desenvolvimento social. Sem atentar-se a esse processo, a universidade deixa de formar o cidadão crítico e participativo para continuar a massificação de conteúdos, em uma transmissão precária de saberes para profissionais incapazes de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade em que vive.

Quando a própria instituição reconhece o aluno como um sujeito único e está ciente de suas necessidades, ela pode ter como consequência o incentivo a tornar-se responsável pela própria maneira de estudar. Sendo assim, de acordo com as particularidades de cada sujeito envolto no processo de ensino, não existem maneiras padronizadas de impulsionar o aluno a assumir a postura de agente do próprio aprendizado, e sim estratégias adequadas a cada maneira particular de ser, inclusive para aqueles que dividem seu tempo conciliando trabalho e estudos, como será discutido a seguir.



## 1.2 Educação e sua relação com o trabalho

Nos dias atuais, encontram-se na educação superior diversos estudantes que além de se dedicar à sua vida acadêmica também estão inseridos no mercado de trabalho. Somente no Brasil de acordo com os dados do Enade (Exame Nacional de Desempenho do Estudante) de 2015, 71,5% dos estudantes exercem atividades laborais regulares.

As jornadas de trabalho a que estão submetidos os alunos trabalhadores é a mesma vigente no país, 30 horas para alguns setores do Serviço Público e 44 horas para os trabalhadores do setor privado. Acresça-se à jornada diária mais o tempo empregado em deslocamentos que, de acordo com os dados de mobilidade em grandes capitais publicados pelo IPEA varia em torno de 90 minutos a 2 horas por dia. Com um sistema de transporte público inadequado e o trânsito caótico o deslocamento em coletivos lotados implicam um enorme desperdício de tempo e um fator de estresse indiscutível.

Aceita essa premissa, não seria exagero afirmar que as duas atividades: trabalho e estudo acrescidas dos tempos de deslocamento, praticamente, absorvem todo o tempo disponível de uma pessoa exposta a essa situação, resumindo-se a vida em trabalhar, ir para a faculdade e dormir poucas horas até a retomada da rotina no dia seguinte.

Considerando esse grande coletivo de indivíduos na situação de estudantes-trabalhadores universitários, sabendo que o tempo dedicado ao trabalho, na maioria das empresas, seja na esfera pública ou privada, tende a ser de 30 a 40 horas semanais e observando o esgotamento físico e psicológico implicado nessa ação, de que forma estudante-trabalhador consegue combinar as duas atividades que demandam praticamente todo o tempo do seu dia? GUIMARÃES (2006) em sua dissertação pondera:

Concomitante à falta de tempo diretamente ligada aos estudos, é constante a queixa de falta de tempo para a obtenção das condições necessárias para o seu desenvolvimento, tanto físicas quanto psicológicas, falta de horas suficientes de sono, de descanso e de uma alimentação adequada, além das consequências da falta de convívio com a família. (p.99).

Guimarães argumenta que além das horas dedicadas entre trabalho e estudo, os estudantes frequentemente levam muito tempo com os deslocamentos de um local para outro, sobrando pouco tempo para família, descanso e lazer.

É importante pensar como o estudante alinha sua grade horária para responder às necessidades do curso e do trabalho. Será que esses estudantes não demoram mais para se formar do que aqueles que só estudam? Será que muitos desistem do curso devido não conseguir conciliar as duas atividades? A qualidade da formação fica prejudicada?

De acordo com REGINATO (2010):

A busca de estratégias pelos alunos trabalhadores tentando conciliar o ensino no período noturno e o trabalho no período diurno para enfrentarem o processo de precarização do trabalho e da vida decorrentes das mudanças do sistema capitalista e o confronto entre experiência e conhecimento enunciam a necessidade de uma reflexão mais aprofundada da gestão do processo de ensino e aprendizagem no âmbito dos cursos de graduação. (p.20).

Para compreendermos de maneira fundada as indagações relacionadas ao sujeito - estudante que possui uma jornada dupla ( trabalho e estudo noturno) é importante que seja analisado o contexto no qual esse indivíduo se encontra. De acordo com GUIMARÃES (2006):

“Investigar a realidade dos indivíduos que estudam e trabalham ao mesmo tempo, requer maior entendimento da configuração do mundo atual, do momento histórico vivido, e do reflexo destas transformações para o trabalho e suas relações com os processos educativos.” (p. 18).

A educação é o meio onde se prepara para o trabalho, porém, não para a subalternidade, GUIMARÃES (2006) fala:

Reconhecer no trabalho o princípio educativo do sistema de ensino e estar ciente das qualificações necessárias para o trabalhador atual, não significa que se deve subordinar a educação escolar aos ditames do sistema capitalista de produção, numa posição de mera adaptação a este sistema. (Guimarães, 2006,p.33).

Isto é, é significativo que a educação ofereça os saberes técnicos indispensáveis para que o sujeito seja capaz de ser um profissional capacitado, que estará preparado

para realizar as atividades inerentes a determinado trabalho empregando o saber assimilado no espaço de ensino, entretanto o enfoque crítico tem que ser preservado.

CASTANHO (1989) coloca que:

[...] o ensino na universidade, deve educar profissionalmente o indivíduo para uma inserção competente ao nível do seu conhecimento, no contexto social, sem perder de vista a necessidade de transformação da sociedade, assumindo essa transformação, vendo-a como processo dinâmico e histórico e na qual se coloca como um dos protagonistas. (Castanho, 1989,p.36).

É imprescindível que se elabore uma referência de ensino que traga uma formação integral para o estudante, de modo que este permaneça consciente da conjuntura em que está inserido para que possa transformar e agir de maneira a converter esse cenário.

TERRIBILI (2009) comprova essa afirmativa quando enunciam que:

Sabe-se da importância que o curso superior tem na formação profissional do jovem; no entanto, a formação do homem, do cidadão, do ser pensante, nas dimensões econômica, social, política e cultural, conforme Coelho (1998), também devem ser contempladas. A posição de Coelho é reforçada por Furlani (1998) quando ressalta que a educação deve abranger não somente a formação profissional do estudante, mas sobretudo, a formação geral e humanista do cidadão dotada de visão crítica da sociedade, que significa formar o aspecto ético, ou seja, a possibilidade de ampliar essa preparação de recursos humanos capacitados profissionalmente para agentes de transformação social. Pode-se concluir que as afirmações de Coelho (1998) e Furlani (1998) destacam o papel da universidade na formação do ser pensante: ético, crítico, voltado ao saber e à pesquisa, que além da formação profissional do cidadão deve prepará-lo como agente de mudanças na sociedade. (Terribili Filho,2009, p. 43).

Assim, nota-se que a educação deve formar para a modificação e não para a subordinação e que além de equipar os saberes técnicos fundamentais para que o cidadão consiga ser um profissional qualificado, deve também incentivar a evolução de uma consciência crítica deixando que o sujeito possa se tornar um agente transformador do seu meio.

### 1.3 Por que conciliar estudo e trabalho?

Analisando historicamente o estudante que trabalha, cerca de meio século atrás, quando em 1957, Anísio Teixeira expõe a alta prioridade atribuída ao estudo em detrimento ao trabalho para o estudante.

Em Terribili (2007) estão reunidos argumentos de importantes pesquisadores e estudiosos da educação como instrumento de formação do pensamento emancipador, dentre os quais destaca-se Anísio Teixeira que ao preconizar a prioridade que o estudo deve ter em relação ao trabalho para aqueles que estão submetidos à dupla jornada, faz ver a necessidade de que se criem as condições necessárias para que o jovem trabalhador goze de condições diferenciais para que sua formação intelectual seja adequada para uma vida com sentido. Em outros termos, Anísio Teixeira preconiza o estudo em detrimento ao trabalho como forma de consecução do direito à educação consolidado nas diversas edições das Cartas Constitucionais brasileiras.

Mendes (1986, p. 620) já apresenta o estudante trabalhador caracterizado como o “do período noturno”, qualificando-o em geral, como aquele que chega cansado pelo fato de vir de uma longa jornada de trabalho, mais maduro que o estudante do curso diurno, “... o aluno típico, quase sempre como um trabalhador; o aluno que trabalha durante o dia e que, portanto, normalmente, chega cansado à escola. É geralmente, de idade média superior à idade média de seu colega de cursos diurnos, e também, supostamente, mais maduro...” O curso noturno é procurado como fator de melhoria das condições de trabalho, de emprego, de remuneração e de ascensão social. [...] ele prevalece entre os estabelecimentos da rede particular [...] as universidades comparecem invariavelmente com números mais modestos; a área de Humanidades presta-se, notoriamente, mais que a de Ciências para cursos noturnos, e a concentração geográfica destes torna-se mais nítida na região Sudeste (TERRIBILI; QUAGLIO,2005).

De fato, em termos gerais as duas características destacadas por Mendes (1986) oferecem à reflexão um cenário conhecido pelo imaginário social. Contudo a realidade se alterou significativamente desde os anos 1980. Primeiramente há que

se destacar que no Brasil o ingresso de jovens no mercado de trabalho sempre foi muito precoce em razão da extensão da pobreza que se abate sobre a maior parte da sociedade. Não raro, desde o segundo grau a presença de jovens trabalhadores nos cursos noturnos, nas escolas técnicas, já era uma realidade.

Num passado não muito distante as escolas públicas ofereciam a opção de estudo noturno do segundo grau com grade semelhante aos cursos diurnos, porém, com conteúdo e graus de exigências similares aos prevalecentes nos cursos diurnos. O processo de sucateamento da educação pública gratuita reduziu a oferta em cursos de segundo grau noturnos, estimulou o surgimento de programas de aceleração de aprendizado voltado para estudantes jovens e adultos, criando com o aumento da oferta a ilusão de uma democratização do acesso às custas do sacrifício da qualidade do conhecimento ofertado.

A formação deficiente do jovem estudante trabalhador ensejou o surgimento, não só no Sudeste, mas, em praticamente todas as regiões do país, nas capitais preferencialmente e, também em cidades polos regionais, de instituições de ensino superior privadas oferecendo cursos, via de regra no campo das Humanidades e em menor escala nas ciências duras, visando literalmente, capturar, parte expressiva de estudantes que identificavam na formação do ensino superior a oportunidade de uma melhora das condições de vida. Ou seja, a educação nesse caso ingressa no imaginário social como um requerimento de ascensão social e econômica, longe portanto, da ideia do conhecimento que transforma e emancipa. Conforme SPOSITO (1989):

Há o desejo de mudar e a consciência da realidade. Assim, ambos os sentimentos coexistem e, até que ocorra uma possibilidade concreta de mudança, o trabalho fica de certa forma “preservado, poupado”, porque representa a própria condição de sobrevivência e a possibilidade de estudar desse trabalhador. (Spósito, 1989,p.37).

A respeito da necessidade do indivíduo de ter uma renda para poder continuar estudando, TERRIBILI (2009) e GONÇALVES (1987) dizem que houve uma troca de papéis entre a relação de estudo e trabalho: antigamente, primeiro se estudava para depois ingressar no mercado de trabalho, agora o indivíduo precisa entrar no mercado de trabalho para poder cursar o ensino superior.

GONÇALVES (1987) apud TERRIBILI (2009) diz:

Se em condições normais, o estudo deveria preceder ao trabalho, de modo que, somente após completada a formação escolar e profissional, o estudante passasse a exercer a atividade profissional, a realidade dos fatos, emergente das condições sócio-econômicas, reúne frequentemente, na pessoa do trabalhador, a dupla condição de empregado e estudante. Inverteram-se de há muito, os termos da proposição; em lugar de estudar para poder trabalhar, trabalha-se para poder estudar (GONÇALVES *apud* Terribili Filho, 1987, p.11 ).

CASTANHO; SAMPAIO (Sem Data) salientam essa percepção da necessidade do estudante possuir uma fonte de renda para poder continuar os estudos. Em sua pesquisa, foi feita uma comparação entre os trabalhadores que cursam faculdades públicas e os que cursam faculdades particulares. Identificou-se que no ensino privado a quantidade de pessoas que trabalham é maior, o que demonstra que, sem provento, o discente não tem condições de custear as mensalidades cobradas pela faculdade privada.

Outro motivo que leva o trabalhador à procura pelo ensino superior seria a aspiração de se aperfeiçoar profissionalmente, não só para ascender socialmente e no mercado de trabalho, como também adquirir conhecimentos que possibilitam o indivíduo ser um profissional mais capacitado, ter uma qualidade melhor de compreensão do seu trabalho e também se tornar um indivíduo mais sábio. De acordo com SPOSITO (1989):

O que realmente recebe este aluno no contato com as atividades escolares na faculdade? Por certo, ele acaba por encontrar no âmbito dessa prática, caracterizada pela resistência a um aprofundamento do estudo e pelo consumo da cultura, um desenvolvimento de determinadas habilidades que o socializam melhor para enfrentar as necessidades impostas pelo mundo do trabalho. Independentemente do tipo de carreira escolhida e da competência específica que essa profissão deve lhe dar, o aluno melhora a sua capacidade de expressão oral porque aprende a falar em grupos pequenos e grandes, é chamado a participar de debates, aprende a expor ideias, melhora ainda que precariamente, seu desempenho escrito. Poderíamos dizer que há uma função socializadora no ensino superior noturno que habilita este aluno para o mercado de trabalho, no setor terciário onde, mais que a competência técnica na estrutura ocupacional, qualidades como habilidade de expressão oral e escrita, um certo grau de iniciativa e independência, boa leitura, facilidade de relacionamento,

enfim, qualidades que acabam por ser adquiridas na prática da vida universitária, fora e dentro da sala de aula, que independem muitas vezes do conteúdo específico da aprendizagem e que acabam por satisfazê-lo diante de suas expectativas fragmentadas. (Spósito,1989,p.109).

Por fim, nota-se que vários são os motivos que levam o estudante-trabalhador a conciliar o estudo e o trabalho no decorrer da sua formação universitária. Pensar sobre elas nos possibilita compreender melhor quem é esse indivíduo e o que procura no ensino superior.

#### 1.4 Desempenho acadêmico

A rotina de trabalho, que normalmente gira em torno de 30 a 40 horas semanais, faz com que o estudante- trabalhador, não tenha a viabilidade de desfrutar o curso da mesma maneira que um sujeito que apenas estuda, conforme dialoga TERRIBILI (2009):

Ainda quanto à condição de trabalho, vale destacar que 84% dos que trabalham, têm uma atividade profissional de 30 horas semanais ou mais. Desta forma, esse estudante raramente pode participar de atividades de pesquisa e extensão, pois há pouca disponibilidade para outras atividades, além daquelas relacionadas ao trabalho e às aulas. (Terribili Filho,2009 ,p 54).

Apesar do tempo curto para se dedicar aos estudos, o estudante-trabalhador acaba por se tornar um sujeito mais interessado e comprometido com a sua aprendizagem como citado anteriormente.

GUIMARÃES (2006) apontou em sua pesquisa que:

Outros fatores menos apontados, mas não menos relevantes, referem-se a fatores como a autoestima resultante da capacidade de superar os desafios impostos pelo fato de estudarem e trabalharem ao mesmo tempo e um maior comprometimento com os estudos, em decorrência da consciência e responsabilidade adquiridas com esta vivência. (.Guimarães,2006,p.102).

Devido a esse empenho nos estudos, o estudante-trabalhador noturno tende a desenvolver uma consciência crítica e reflexiva sobre o ensino que recebe, atentando-se que o mesmo não seja desperdiçado, que o pouco tempo que tem para o estudo, lhe seja útil para o seu desempenho no trabalho.

Assim, de que forma a relação entre teoria e prática é vista/vivenciada pelos estudantes-trabalhadores? De que forma o conteúdo visto em sala de aula é vivenciado na prática?



A pesquisa de CASTANHO (1989) apontou que a correlação entre a experiência que o estudante-trabalhador já possui e o que é ensinado na universidade é feita de forma precária. Nas palavras da autora:

Não vão além dos dados da realidade em que vivem, o que leva a supor que a ligação teoria-prática pretendida seja imediatista. Em nenhum depoimento pôde ser notada a possibilidade de o trabalho ser entendido numa nova dimensão, na dimensão humana discutida anteriormente. O máximo que se luta é por um curso voltado para a prática, o que supostamente evitaria a insegurança profissional. (Castanho, 1989, p.81).

SPOSITO (1989) segue uma linha de raciocínio similar, verificando que esse afastamento entre o que o aluno estuda e o que ele vivencia no trabalho faz com que o sujeito se desmotive, se frustre:

O aluno sente-se tão distante do universo do conhecimento proposto para sua aprendizagem que ele não vê sentido no conteúdo das disciplinas. Frustra-se porque, imbuído de uma visão pragmática e utilitarista, acredita ter sentido estudar só aquilo que supostamente seria aplicável. (Spósito, 1989, p.106).

Já TERRIBILI (2009) faz um balanço sobre outros motivos que provocam o desempenho acadêmico do estudante-trabalhador. Segundo ele:

[...] Os atrasos e faltas provocam perda de aulas, quebra nos seus estímulos educacionais, perda de participação em seminários, perda de provas podendo comprometer o interesse e a motivação do aluno no processo ensino-aprendizagem, e a conseqüente interrupção na construção de saberes, e por vezes, a reprovação de semestre ou ano letivo. (Terribili Filho & Raphael, 2009, p.56).

De início poderia se pensar que os problemas apontados acima, são responsabilidade apenas do estudante, que a universidade não poderia intervir na solução dos mesmos ou que está fora de suas competências, entretanto, como enfatizam os mesmos autores:

[...] identificar as necessidades cotidianas do estudante do ensino superior noturno e conhecer suas inter-relações com os ambientes (sobretudo os externos à instituição de ensino) tornam-se relevantes, à medida que se visa uma formação educacional de alta qualidade e o bem estar do estudante, que pode ser traduzido em qualidade de vida. (Terribili Filho & Raphael, 2009, p. 60).

Em vista disso, é pertinente que se reflita sobre essa realidade do estudante-trabalhador: o que ele traz para a sala de aula, sua história e as dificuldades que influenciam o seu desempenho acadêmico. Não há como evitar, conforme inúmeras passagens aqui citadas revelam, a discussão entre a realidade vivida e o curso escolhido pelo estudante trabalhador.

Ficou destacado que um elemento motivacional importante é a possibilidade da ascensão profissional e por extensão econômica que um diploma universitário pode oferecer, pelo menos em tese. As possibilidades de acesso às carreiras com estabilidade de emprego que o nível universitário possibilita seria um emulador importante a ser considerado e decorre daí a possibilidade de escolhas que não necessariamente tenham relações com a atividade ou campos relacionados às atividades profissionais que ora executa esse jovem trabalhador. Aliás, a universidade na maior parte das vezes representa a possibilidade de escapar de uma rotina de trabalho massacrante duplamente, seja pela baixa remuneração seja pela distância persistente entre o interesse e a necessidade de sobrevivência.

Considerar tais condicionantes pode representar um desafio para um repensar do ensino superior noturno de sorte a, pelo menos, incrementar conteúdos que privilegiem a interação teoria e prática de sorte não só a melhorar as condições para a formação acadêmica, mas, para orientar interessados na hora da opção pelo curso que pretende assumir na universidade.

## **2. Acesso e permanência dos estudantes trabalhadores do curso noturno na Universidade**

Hoje no Brasil existem diversos meios para acesso à educação superior, dentre eles são; vestibular tradicional, vestibular agendado, vestibular continuado ou seriado e o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Explicando cada um, no vestibular tradicional grande parte das instituições de ensino aderem a um processo seletivo próprio, em que os candidatos que fizeram as maiores pontuações são selecionados. Cada faculdade define os seus critérios, mas é possível que haja uma primeira fase, onde há testes de múltipla escolha, e uma segunda, com exame discursivo que cobra conhecimento sobre os conteúdos propostos no manual do candidato.

No vestibular agendado, nesse modo de entrada, o candidato preenche um cadastro e agenda um dia para ir até a instituição de ensino para fazer uma prova. Em função do desempenho e se houver vaga, o estudante já pode fazer a matrícula. Já o vestibular continuado ou seriado, esse critério de seleção analisa os estudantes durante o ensino médio por meio de provas que são aplicadas ao final de cada um dos três anos, abordando conteúdos previstos, exemplo deste o PAS Programa de Avaliação Seriada que é a modalidade de acesso ao ensino superior que surgiu por iniciativa da Universidade de Brasília - UnB, abrindo para o estudante do Ensino Médio as portas da Universidade de forma gradual e progressiva.

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) foi criado em 1998 com o objetivo de diagnosticar a qualidade do ensino médio no país. Em 2009, o exame ganhou uma nova função: selecionar ingressantes nos cursos superiores de faculdades e Universidades Federais. O exame pode ser utilizado como único critério de seleção ou ainda como parte da nota final da primeira fase do vestibular de algumas instituições e para preencher vagas remanescentes.

Diante disso, no Brasil, foram criadas políticas de inclusão social na educação superior, dentre eles para acesso a graduação, os mais populares no âmbito nacional, como PROUNI, FIES E SISU.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), considerado um programa de permanência, foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 com a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar bruta mensal por pessoa de três salários mínimos para concorrer a bolsas parciais e até um salário mínimo e meio para bolsas integrais, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Oferece também a Bolsa Permanência, um benefício, no valor de até R\$ 400,00 mensais, concedido a estudantes com bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com, no mínimo, 6 (seis) semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a 6 (seis) horas diárias de aula, de acordo com os dados cadastrados pelas instituições de ensino junto ao MEC.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Pode se inscrever candidato que, cumulativamente, atenda as condições: tenha participado do Enem a partir da edição de 2010 e obtido média aritmética das notas nas provas igual ou superior a 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos e nota na redação superior a zero; possua renda familiar mensal bruta per capita de até 3 (três) salários mínimos.

Já o Sistema de Seleção Unificada ( Sisu ) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nas condições para concorrer a uma vaga no Sisu é necessário que o participante tenha feito o Enem mencionado em edital e não tenha zerado a redação do ENEM. No Sisu, há oferta da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012,

que garante a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas a reserva de 50% das vagas, por curso e turno, nas 63 universidades federais, nos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e nos dois centros federais de educação tecnológica

Embora, como visto aqui, convivam diversas formas de acesso a graduação, decididamente não parece ser suficiente a ampliação da porta de entrada se a permanência no ambiente da universidade não experimentar, também, adaptações. Não se trata de reivindicar prerrogativas, excepcionalidades e sim de que sejam consideradas formas alternativas do processo pedagógico de sorte que o estudante trabalhador possa, no período em que está em sala de aula, desenvolver concomitantemente esforços de aprendizado, pesquisa e estudo de sorte que seus tempos de ociosidade que são curtos, possam, pelo menos em parte, serem ocupados com descanso necessário

Neste contexto, os estudantes e trabalhadores necessitam ainda mais de atenção, visto que estes estão inseridos em duas realidades distintas, a do trabalho e da educação, onde somando esses dois fatores trazem consequências e desafios relacionados ao processo de formação.

Assim, a chegada do estudante-trabalhador do ensino superior noturno à instituição envolve alguns aspectos relevantes como: condições de trânsito, existência, qualidade e frequência de transportes coletivos, segurança pública, disponibilidade de horários. Estes fatores podem facilitar ou não, a chegada do estudante-trabalhador à instituição de ensino, podendo alterar sua condição física para as aulas (disposição, capacidade de concentração e assimilação), além disto, podem causar atrasos em sua chegada causando perda de aulas, de avaliações e por vezes, representando a reprovação em um semestre ou ano letivo (FILHO, QUAGLIO, 2005).

## 2.1 Democratização do ensino superior

De acordo com o dicionário, democratizar é: tornar democrático, tornar acessível a todas as classes; popularizar, e no presente contexto: tornar o ensino superior acessível a todas as classes presentes na composição da sociedade brasileira. A democratização respeita o princípio da isonomia contido e descrito na Constituição Federal de 1988.

Para que se tenha uma real democratização na educação superior é importante que se entenda que para ser democrática é necessário que todos tenham acesso de forma igualitária e as mesmas condições para seu alcance. Pensando assim, na educação básica, sendo o pré-requisito para o acesso à educação superior, muitos jovens não possuem uma educação de qualidade, por defasagens no sistema de ensino em escolas públicas, o que não lhes permite concorrer de forma justa com estudantes que possuem acesso a uma educação mais qualificada em uma instituição de ensino particular. Entende-se então que a democratização do ensino superior busca diminuir essas diferenças, aumentando, através de medidas do governo, as oportunidades de ingresso à universidade de quem não teve acesso a uma educação mais qualificada.

Os sistemas de educação não constituem os únicos espaços de formação e de produção de conhecimento, onde a escola é uma situação social. A Instituição de Ensino Superior tornou-se um espaço central de integração social e de formação para o mercado de trabalho.

Por meio das Instituições de Ensino Superior, o estudar ocorre num contexto de grupos, onde a aula representa o grupo de cada um dos estudantes, sendo trabalhadores ou não.

“Aprender e ensinar constituem atividades muito próximas da experiência de qualquer ser humano: aprendemos quando introduzimos alterações na nossa forma de pensar e agir, e ensinamos quando partilhamos com o outro, ou em grupo, a nossa experiência e os saberes que vamos acumulando”. A aprendizagem é um processo natural inerente à condição do ser vivo e á necessidade de sobrevivência (TEODORO;VASCONCELOS, 2003, p. 35).

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 coloca, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006, p. 143).

O artigo 206 apresenta que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;  
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
VII - garantia de padrão de qualidade.

Entende-se, portanto, que como dever do Estado a educação tem que ser garantida em sua totalidade, permitindo ao indivíduo uma plena formação com garantia de acesso e melhor qualidade possível. Todas essas medidas presentes na Constituição Federal de 88, buscam a isonomia de oportunidades, onde em uma realidade em que as escolas públicas não sofressem defasagens no ensino, estudantes de instituições particulares e públicas teriam as mesmas chances e oportunidades, um nivelamento no ensino.

A partir de 1990, as políticas de educação superior no Brasil, enfatizam a necessidade de ampliar o acesso dos jovens a esse nível de ensino, posto que um grande contingente ainda se encontra excluído das universidades, oferecendo cursos de graduação noturnos para atender a essa nova demanda de estudante que é trabalhador muitas vezes já engajado no mercado de trabalho e que necessita do estudo superior como meio de ascensão socioeconômica (ANDREOLI, 2009).

## 2.2 Políticas de Assistência Estudantil

As políticas de assistência estudantil foram criadas para estudantes de baixa renda como objetivo de viabilizar a permanência destes dentro das Instituições de Ensino Superior.

São políticas que, na teoria, permitem ao estudante focar-se somente nos ensinamentos para não correr riscos de uma educação novamente defasada.

O **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)** apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo do plano é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. Criado em 2008, o programa recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram R\$ 203,8 milhões, a serem investidos diretamente no orçamento das Ifes. Para 2010, a previsão era de R\$ 304 milhões.

A Universidade de Brasília conta com o **Programa Auxílio Socioeconômico** que concede auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 465,00 (quatro centos e sessenta e cinco reais), para minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



**Alimentação estudantil** que funciona em duas modalidades: a) Alimentação Gratuita nos Restaurantes Universitários: para estudantes dos campi Darcy Ribeiro, Ceilândia e Gama com oferta de refeições gratuitas – café da manhã, almoço e janta – em parceria com o Restaurante Universitário (RU/FUB); b) Auxílio-Alimentação: auxílio financeiro, mensal, aos estudantes dos cursos presenciais de graduação do campus de Planaltina para despesas com alimentação, até que o Restaurante Universitário (RU) esteja em funcionamento no respectivo campus.

**Moradia estudantil** que é destinado a estudantes, em situação de vulnerabilidade, dos cursos presenciais de graduação dos quatro campus da UnB, cujas famílias residem fora do DF e não possuam imóveis no DF. A UnB possui uma Casa do Estudante Universitário (CEU-UnB) que é composta por dois blocos com 90 apartamentos, sendo dois apartamentos adaptados para pessoas com deficiência, totalizando 360 vagas para atender aos estudantes que participam do Programa de Acesso à Moradia Estudantil. O Programa oferece duas modalidades de benefícios: vagas em apartamentos na CEU ou concessão mensal de auxílio no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais). O encaminhamento dos estudantes selecionados é feito de acordo com a disponibilidade de vagas ou auxílios no Programa.

**Programa de Acesso à Língua Estrangeira**, desenvolvido em parceria com a Escola UnB Idiomas, esse programa disponibiliza aos estudantes PPAES (Participantes dos Programas de Assistência Estudantil), em cada semestre letivo, duas vagas por turma, nos cursos de línguas oferecidos pela Escola, com isenção de mensalidade.

**Auxílio emergencial**, concessão de auxílio emergencial no valor de R\$ 465,00 (quatro centos e sessenta e cinco reais) ao estudante que comprovar junto ao Serviço Social/DDS situação socioeconômica emergencial, inesperada e momentânea, que coloca em risco a sua permanência no ensino superior.

**Programa Vale-Livro**, que oferece 5 (cinco) vales-livros da Editora UnB, por semestre letivo para os estudantes PPAES (Participantes da Política de Assistência Estudantil). Cada vale reduz em 10% o valor total do material pedagógico, além do desconto de 40% já oferecido à comunidade acadêmica da Universidade de Brasília.

**O Programa de Bolsa Permanência – PBP** é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

A elaboração destes programas, cada um com seus critérios, possuem públicos distintos, mas sempre voltados para estudantes em situação de vulnerabilidade social e com o intuito de promover a permanência desses dentro do ensino superior. Por outro lado é necessário que haja um maior incentivo da Instituição em relação a garantia desses direitos, e que se busque dos órgãos competentes mais recursos para que essas políticas atendam todos aqueles dentro desse contexto. Principalmente em momentos de crise, onde, em busca de contenção de despesas, esses programas correm riscos.

### **3. Perfil socioeconômico dos estudantes brasileiros**

Uma análise dos dados do questionário introdutório do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2015.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é uma das avaliações que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004.

O objetivo do Enade é avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação; suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico da profissão escolhida, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O estudo recorta uma base de dados bastante ampla e analisa aspectos relevantes, buscando estabelecer uma relação com as políticas públicas de expansão e democratização do acesso à educação superior.

A democratização do acesso à educação superior está profundamente relacionada às precárias condições socioeconômicas de parcela majoritária dos nossos jovens. Em um país tão desigual como o Brasil, os jovens sofrem consequências particulares dessa desigualdade – como a baixa escolarização; a dificuldade para entrar e permanecer no ensino médio; e as enormes barreiras para entrar e permanecer no ensino superior. Diante desse quadro, é impossível pensar em uma democratização do acesso para a imensa maioria dos jovens brasileiros sem a intervenção de políticas públicas específicas.

Com esse espírito, foi promulgada a Lei nº12.711/2012, em agosto de 2012,2 também conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a reserva de pelo menos 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para os jovens que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Além disso, a lei também determina que metade dessas vagas deve ser preenchidas por alunos cujas famílias

possuem renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Mais uma vez essa reserva de vagas procura atender (embora apenas com 25% do total de vagas) uma enorme parcela dos jovens brasileiros.

O Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) possui um questionário socioeconômico introdutório para os alunos concluintes.

Em relação ao estado civil, 68,9% são solteiros, 23,9% casados, 3,4% separado judicialmente-divorciado (a); 0,3% viúvos e 3,6% outros.

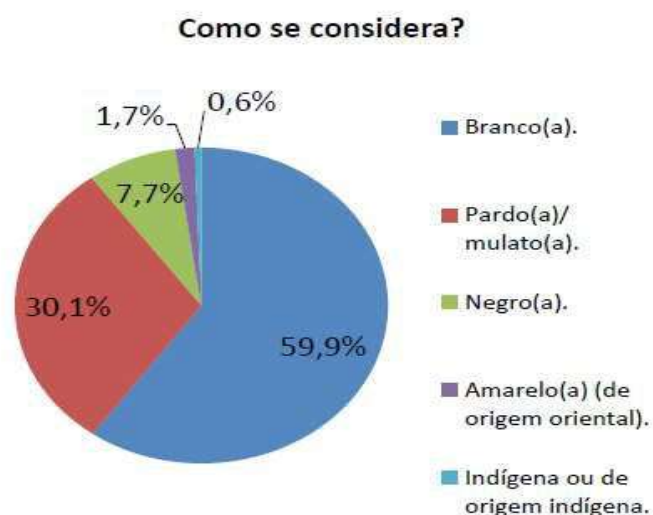
Uma das perguntas refere-se a cor do estudante, onde se questiona como ele se considera, 59,9% se identificam como brancos, 30,1% pardos 7,7% se identificam como negros, 1,7% amarelos (a) (de origem oriental) e 0,6% indígenas ou de origem indígena.

Com base nesses dados nota-se a relevante inserção do negro na educação superior, onde podemos pensar que de fato as políticas de cotas é um importante avanço e o acesso ao ensino superior estão sendo viabilizados.

## QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

### Perfil dos estudantes concluintes 2015

*Os Estudantes que participaram do Enade em 2015 são, em sua maioria: (i) solteiros, (ii) brancos, (iii) moram com os pais e (iv) dedicam de uma a três horas por semana aos estudos.*



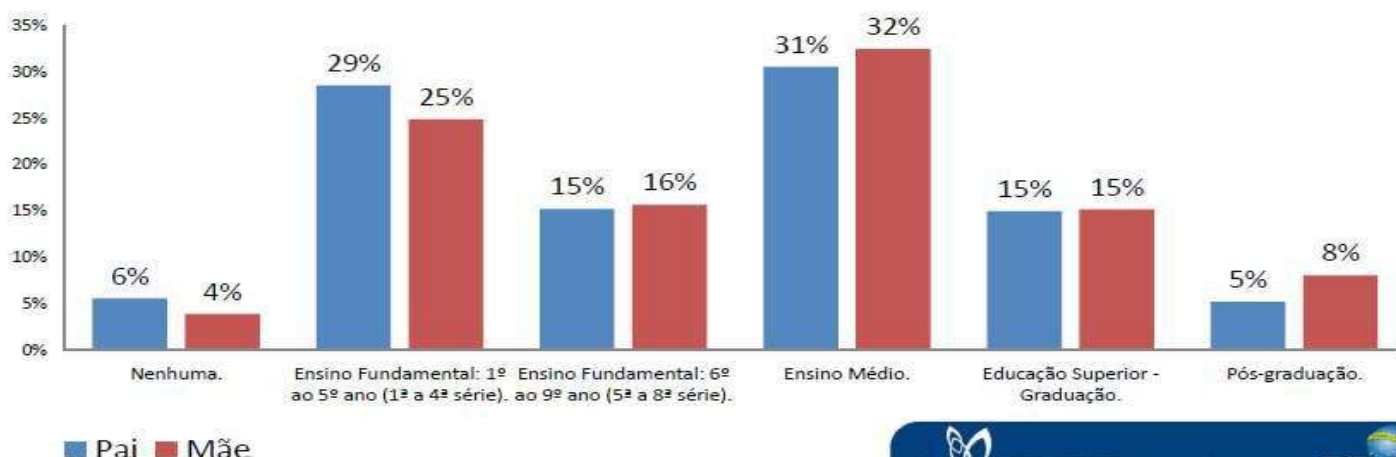
Referente a formação superior na família e grau de escolaridade dos pais, 33,8% dos estudantes responderam que são os primeiros da família a concluir o ensino superior.

Pelo menos 25,8% dos estudantes responderam que têm ao menos um dos pais que cursou até o Ensino Fundamental, 47,1% dos estudantes responderam que ao menos um dos pais cursou até o Ensino Médio, 24,1% dos estudantes têm ao menos um dos pais que cursou até o ensino superior e 11,1% têm ao menos um dos pais que cursou pós-graduação.

## QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

### Formação superior na família e grau de escolaridade dos pais

- 33,8 % DOS ESTUDANTES** são os primeiros na família que concluíram o Ensino Superior
- 25,8 % dos Estudantes têm ao menos um dos Pais que cursou até o Ensino Fundamental
  - 47,1% dos Estudantes têm ao menos um dos Pais que cursou até o Ensino Médio
  - 24,1 % dos Estudantes têm ao menos um dos Pais que cursou até o Ensino Superior
  - 11,1% dos Estudantes têm ao menos um dos Pais que cursou pós-graduação



INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Esses dados podem confirmar um significativo percentual de estudantes passou a ser a primeira geração universitária da família. Portanto, este é um indicador extremamente importante na análise da chamada mobilidade social ascendente, bem como na redução da desigualdade social baseada nos anos de escolaridade.

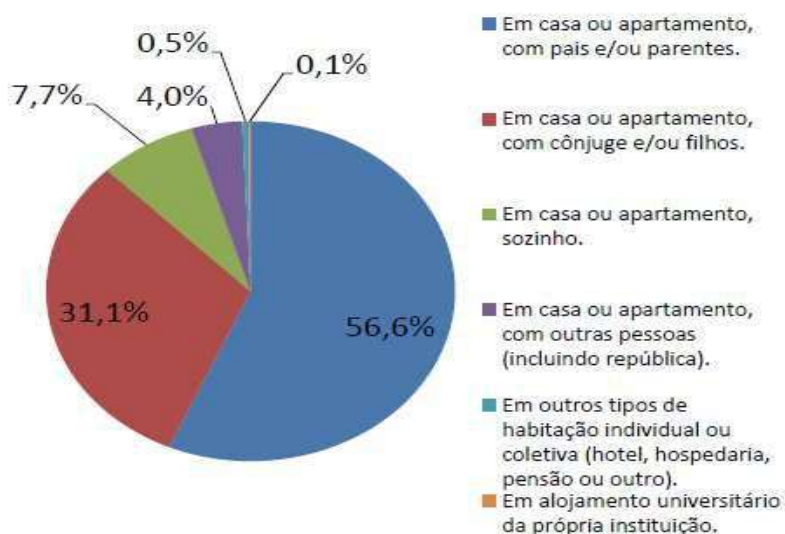
No questionamento sobre onde e com quem mora, 56,6% mora em casa ou apartamento com pais e/ou parentes, 31,1% em casa ou apartamento com cônjuge e/ou filhos, 7,7% Em casa ou apartamento sozinho, 4,0% em casa ou apartamento com outras pessoas (incluindo república), 0,5% em outros tipos de habitação individual ou coletiva (hotel, hospedaria, pensão ou outro) e 0,1% em alojamento universitário da própria instituição.

Sobre as horas dedicadas ao estudo por semana, 49% responderam que estudam de uma a três, 27% responderam de quatro a sete, 10% responderam de oito a doze, 8% mais de doze e 6% nenhuma, apenas assisto as aulas.

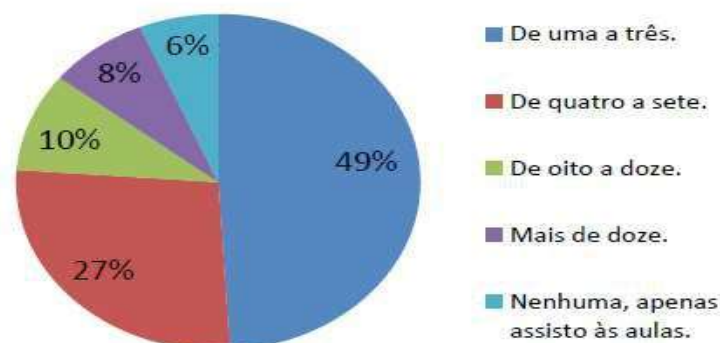
## QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

### Perfil dos estudantes concluintes 2015

Onde e com quem mora



Horas dedicadas ao estudo por semana



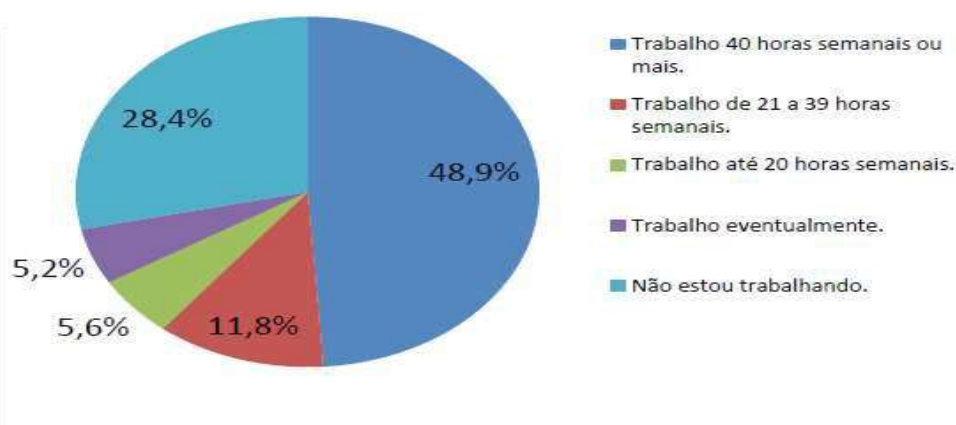
É possível constatar por esse dado que o fato de o aluno dedicar poucas horas ao estudo por semana pode estar relacionado com a superposição de tarefas no domicílio, à exaustão após as longas jornadas de trabalho, deslocamento, o uso dos finais de semana para tarefas da casa, a sociabilização e outros.

Sobre a situação de trabalho dos estudantes concluintes, 66,4% dos estudantes trabalham regularmente, 48,9% trabalham 40 horas semanais ou mais, 11,8% trabalham de 21 a 39 horas semanais, 5,6% trabalham até 20 horas semanais, 5,2% trabalham eventualmente e 28,4% responderam que não estão trabalhando.

## QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

### Situação de trabalho dos estudantes concluintes exceto estágios e bolsas

- 66,4% dos estudantes concluintes trabalham regularmente
- 48,9% trabalham pelo menos 40 horas semanais
- 5,2% trabalham eventualmente
- 28,4% não trabalham



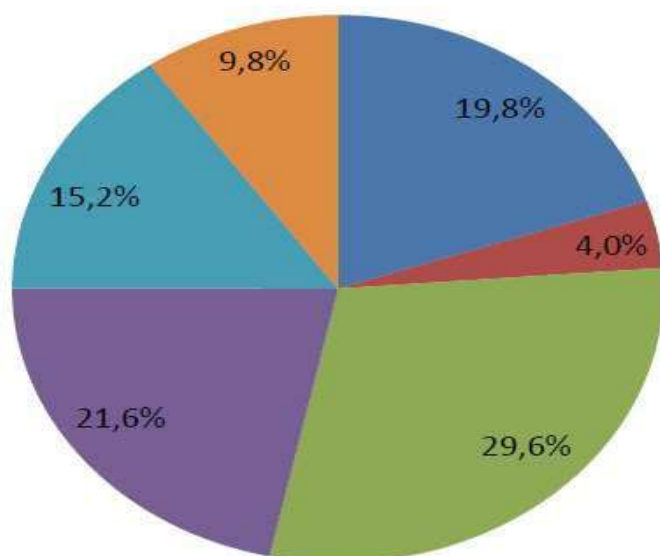
De acordo com os dados, mais da metade dos estudantes são trabalhadores, pode-se pensar que a educação é o caminho para escapar da insegurança do trabalho mal remunerado ou mesmo inseguro. Dessa forma, os estudantes que trabalham buscam romper com uma situação de baixa remuneração e instabilidade e isso remete sempre aos concursos públicos.

A também condição de trabalhador mal remunerado leva o estudante do noturno por a estabilidade e a remuneração muitas vezes acima da própria vocação, o que seria representado pela busca de concursos em quaisquer áreas onde o nível universitário fosse uma exigência sem que a formação representasse um obstáculo. Exemplos disso são concursos para área de nível superior como para a PM, Bombeiros, DETRAN e outros.

Referente a situação financeira, incluindo bolsas, 4,0% dos estudantes não possuem renda familiar e os gastos são financiados por programas governamentais, seguido de 19,8% dos estudantes que não possuem renda e os gastos são financiados pela família ou por outras pessoas. 29,6% dos estudantes possui renda, mas recebe ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos, ou seja, do total destes, 76,2% dos estudantes brasileiros trabalham e estudam. Destes, 29,6% recebem ajuda para se sustentarem; 15,2% dizem que se sustentam com o seu trabalho e não precisa de ajuda para financiar seus gastos, 21,6% dizem que se sustentam e contribuem com o sustento da família; e 9,8% dizem ser o principal responsável pela renda da família.

## QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

### Situação financeira – incluindo bolsas



- Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas.
- Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais.
- Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos.
- Tenho renda e contribuo com o sustento da família.
- Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos.
- Sou o principal responsável pelo sustento da família.



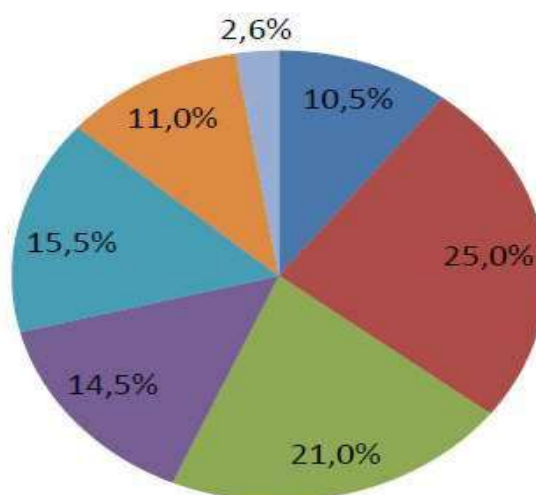
Pode-se pensar assim com base nos dados que a na maioria das vezes a necessidade de obter uma renda para o próprio sustento ou da família coloca o trabalho como prioridade para estes estudantes, ou seja independente da aspiração de melhorias financeiras que o ensino superior pode trazer a remuneração é imprescindível para sua subsistência.

Sobre a renda total familiar do estudante, incluindo seus rendimentos, 10,5% possui a renda de até 1,5 salários mínimos, 25,0% possui a renda de 1,5 a 3 salários mínimos, 21,0% de 2 a 4,5 salários mínimos, 14,5% de 4,5 a 6 salários mínimos, 15,5% de 6 a 10 salários mínimos, 11,0% de 10 a 30 salários mínimos e 2,6 acima de 30 salários mínimos.

## QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

### Renda Familiar

- 46% dos estudantes têm renda familiar entre 1,5 e 4,5 Salários Mínimos (SM)
- Mais de 76% dos respondentes têm alguma renda, sendo que destes, 12,8% são os principais responsáveis pelo sustento da família.



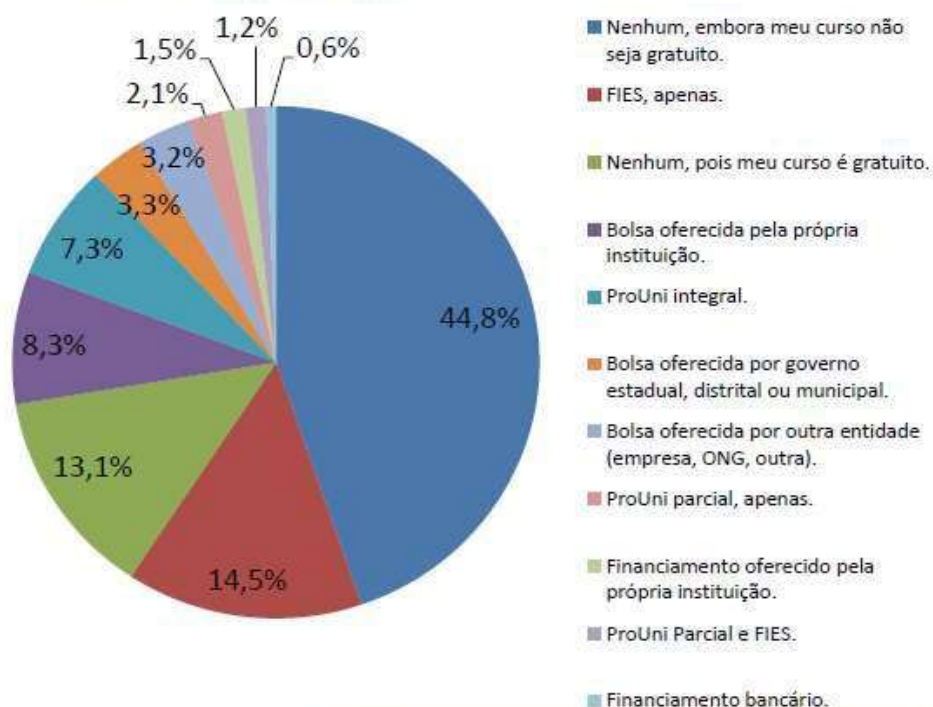
- Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.086,00).
- De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.086,01 a R\$ 2.172,00).
- De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.172,01 a R\$ 3.258,00).
- De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 3.258,01 a R\$ 4.344,00).
- De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 4.344,01 a R\$ 7.240,00).
- De 10 a 30 salários mínimos (R\$ 7.240,01 a R\$ 21.720,00).
- Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 21.720,01).

Sobre o tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso que o estudante recebeu, 44,8% respondeu que não recebeu nenhum tipo de bolsa, embora o curso não fosse gratuito, 14,5% estudou com FIES apenas, 13,1% não recebeu nenhuma bolsa pois o curso era gratuito, 8,3% cursou com bolsa oferecida pela própria Instituição, 7,3% utilizou ProUni integral, 3,3% cursou com bolsa oferecida por governo estadual, distrital ou municipal, 3,2% cursou com bolsa oferecida por outra entidade (empresa, ONG, outra), 2,1% cursou com bolsa do ProUni parcial, 1,5% cursou com financiamento oferecido pela própria instituição, 1,2% cursou com bolsa do ProUni Parcial e FIES e 0,6% cursou com financiamento bancário.

## QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

### Bolsas de estudo e financiamento do curso para custear todas ou a maior parte das mensalidades

Tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu



- Dentre os estudantes beneficiados pelo Governo Federal:

- 53,4% tem renda familiar de até 3 salários mínimos
- 44,3% são os primeiros da família com acesso à educação superior
- 36,3% ingressaram por meio de políticas afirmativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, encontram-se na educação superior, diversos estudantes que além de se dedicar à sua vida acadêmica, também estão inseridos no mercado de trabalho, assim é importante pensar como o estudante alinha sua grade horária para responder às necessidades do curso e do trabalho.

Como colocado nesse trabalho, a dupla jornada de fato causa prejuízos para o estudante ao longo do processo educacional, onde este possui desvantagens em relação aos estudantes que se dedicam em tempo integral somente ao seu curso.

Hoje, pode-se perceber que mesmo com processos seletivos elaborados pelas próprias Instituições, e programas de seleção do governo para ter acesso ao ensino superior, ainda existe uma grande necessidade de se criar mecanismos que facilitem a permanência destas estudantes. A problemática encontra-se não apenas em proporcionar a sua entrada, mas sim em como proporcionar uma formação de qualidade e isométrica durante este processo.

Dessa forma, é necessário que haja uma transformação não só na educação superior, mas também na educação básica, sendo esta a base fundamental para que todos tenham as mesmas possibilidades e os mesmos direitos. Entende-se que com a resolução da defasagem do ensino fundamental e médio público, naturalmente, o processo seletivo em instituições públicas seria mais igualitário, tornando-se cada vez mais acessível.

Para que se tenha uma real democratização da educação superior é importante que se entenda que para isso é necessário que todos tenham acesso de forma igualitária e as mesmas condições para tal. Pensando assim, retornamos a educação básica, sendo essa pré-requisito de o acesso à educação superior, onde muitos jovens não possuem uma educação de qualidade aceitável e que lhes permitam concorrer de forma justa com aqueles estudantes que foram privilegiados nesse sentido.

As políticas de assistência estudantil citadas neste trabalho são de grande importância no sentido de tentar prover a permanência dos estudantes dentro da Universidade.

De acordo com dados do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) 2015, o perfil socioeconômico do estudante brasileiro, em sua maioria, é composto por estudantes-trabalhadores.

Visto isso, é necessário que se atente para a realidade dos estudantes trabalhadores, que se tracem alternativas para o alcance de uma educação de qualidade para todos, seja através de programas para este perfil ou incentivos, tudo isso por uma melhor formação do profissional. Formação essa que só é obtida quando são superados os obstáculos que sua jornada de estudante-trabalhador o impõe.

## REFERÊNCIAS

CASTANHO, Maria Eugenia. **Universidade à noite: Fim ou começo de jornada?**. Campinas: Papirus, 1989. 128 p

CARDOSO, Luzia Rodrigues; BZUNECK, José Aloyseo. **Motivação no ensino superior: metas de realização e estratégias de aprendizagem**. Psicologia Escolar e Educacional, 2004 Volume 8 Número 2 145- 155. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v8n2/v8n2a03.pdf>

Cadernos do GEA . – n.4 (jul./dez. 2013). – Rio de Janeiro : FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

FREITAS, Sabrina Fávero. **Universitários Ingressantes Trabalhadores e Não**

**Trabalhadores: um grupo homogêneo ou heterogêneo?**. 2014. 65 p. Monografia (Licenciatura em pedagogia) – Unicamp. Campinas SP 2014. Acesso em: 20 de julho de 2017.

FILHO Armando Terribili; QUAGLIO, Paschoal. **O cenário urbano para o estudante do ensino superior Noturno na cidade de são paulo: triste realidade ou palco De heróis?**, 2002. Disponível em <http://www.ipv.pt/Millennium/Millennium31/5.pdf>

GUIMARÃES, Maria Gertrudes Gonçalves de Sousa. **Trabalhadores-estudantes; um olhar para o contexto da relação entre trabalho e ensino superior noturno**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MACHADO. Roger Ferlini Bastos. **O desempenho acadêmico do estudante-trabalhador do curso noturno de Pedagogia da Universidade de Brasília**. 2012. 60 p. Monografia (Licenciatura em pedagogia) – Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2012. Acesso em: 20 de abril. 2017

NÚÑEZ, J. CERESO, R., GONZÁLEZ-PIENDA, J., ROSÁRIO, P., VALLE, A., FERNÁNDEZ, E. & SUÁREZ, N. **Implementation of training programs in self-regulated learning strategies in Moodle format: Results of an experience in higher education.** Psicothema, 2011, 23(2), 274-281.

REGINATO, Ana Maria. O aluno trabalhador: o encontro entre conhecimento e experiência – uma abordagem ergológica. **Revista Conteúdo**, Capivari, v.1, n.4, p. 91-113, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/50/44>> Acesso em: 20 de abril. 2017.

SPOSITO, Marília Pontes. **Trabalhador-estudante:** Um perfil do aluno do curso superior noturno(o). São Paulo: Loyola, 1989. 140 p.

TERRIBILI FILHO, Armando; RAPHAEL, Hélia Sonia. **Ensino superior noturno:** problemas, perspectivas e propostas. Marília: FUNDEPE, 2009. 130 p.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira: **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**, 2010. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgiin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=472368&indexSearch=ID>

<<http://sisu.mec.gov.br/>> Acesso em 17 de Julho de 2017.

<<http://siteprouni.mec.gov.br/>> Acesso em 17 de Julho de 2017.

<<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>> Acesso em 17 de Julho de 2017.

<<http://www.unb2.unb.br/administracao/diretorias/dds/assistenciaestudantil/#>>

Acesso em 18 de Julho de 2017.

<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-do-enade>> Acesso em 18 de Julho de 2017.

<<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>> Acesso em 18 de Julho de 2017.

## ANEXO

### Ministério da Educação

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
Diretoria de Avaliação da Educação Superior Coordenação-Geral do  
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

### QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE 2015

Caro (a) estudante,

Este questionário constitui um instrumento importante para compor o perfil socioeconômico e acadêmico dos participantes do ENADE e uma oportunidade para você avaliar diversos aspectos do seu curso e formação.

Sua contribuição é extremamente relevante para melhor conhecermos como se constrói a qualidade da educação superior no país. As respostas às questões serão analisadas em conjunto, preservando o sigilo da identidade dos participantes.

Para responder, basta clicar sobre a alternativa desejada. No final de cada página, ao pressionar um dos botões “Próximo” ou “Anterior”, o sistema gravará a resposta no banco de dados, que poderá ser modificado a qualquer tempo. O questionário será enviado ao Inep apenas quando, na última página, for acionado o botão “Finalizar”, indicando o preenchimento total do questionário. Ao final, será possível visualizar seu local e horário da prova.

Agradecemos a sua colaboração!

1. Qual o seu estado civil? A (  ) Solteiro(a).  
B (  ) Casado(a).  
C (  ) Separado(a) judicialmente/divorciado(a).  
D (  ) Viúvo(a). E (  ) Outro.
2. Como você se considera? A (  ) Branco(a).  
B (  ) Negro(a).  
C (  ) Pardo(a)/mulato(a).  
D (  ) Amarelo(a) (de origem oriental). E (  ) Indígena ou de origem indígena.
3. Qual a sua nacionalidade?  
A (  ) Brasileira.  
B (  ) Brasileira naturalizada. C (  ) Estrangeira.



4. Até que etapa de escolarização seu pai concluiu? A ( ) Nenhuma.  
B ( ) Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).  
C ( ) Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).  
D ( ) Ensino Médio.  
E ( ) Ensino Superior - Graduação. F ( ) Pós-graduação.
5. Até que etapa de escolarização sua mãe concluiu? A ( ) Nenhuma.  
B ( ) Ensino fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).  
C ( ) Ensino fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).  
D ( ) Ensino médio.  
E ( ) Ensino Superior - Graduação. F ( ) Pós-graduação.
6. Onde e com quem você mora atualmente?  
A ( ) Em casa ou apartamento, sozinho.  
B ( ) Em casa ou apartamento, com pais e/ou parentes.  
C ( ) Em casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos.  
D ( ) Em casa ou apartamento, com outras pessoas (incluindo república).  
E ( ) Em alojamento universitário da própria instituição.  
F ( ) Em outros tipos de habitação individual ou coletiva (hotel, hospedaria, pensão ou outro).
7. Quantas pessoas da sua família moram com você? Considere seus pais, irmãos, cônjuge, filhos e outros parentes que moram na mesma casa com você.  
A ( ) Nenhuma. B ( ) Uma.  
C ( ) Duas. D ( ) Três. E ( ) Quatro. F ( ) Cinco.  
G ( ) Seis.  
H ( ) Sete ou mais.
8. Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos? A ( ) Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.086,00).  
B ( ) De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.086,01 a R\$ 2.172,00).  
C ( ) De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.172,01 a R\$ 3.258,00).  
D ( ) De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 3.258,01 a R\$ 4.344,00).  
E ( ) De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 4.344,01 a R\$ 7.240,00).  
F ( ) De 10 a 30 salários mínimos (R\$ 7.240,01 a R\$ 21.720,00). G ( ) Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 21.720,01).
9. Qual alternativa a seguir melhor descreve sua situação financeira (incluindo bolsas)?  
A ( ) Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais.

- B ( ) Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas.
- C ( ) Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos.
- D ( ) Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos.
- E ( ) Tenho renda e contribuo com o sustento da família.
- F ( ) Sou o principal responsável pelo sustento da família.
10. Qual alternativa a seguir melhor descreve sua situação de trabalho (exceto estágio ou bolsas)?
- A ( ) Não estou trabalhando.
- B ( ) Trabalho eventualmente.
- C ( ) Trabalho até 20 horas semanais.
- D ( ) Trabalho de 21 a 39 horas semanais.
- E ( ) Trabalho 40 horas semanais ou mais.
11. Que tipo de bolsa de estudos ou **financiamento do curso** você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.
- A ( ) Nenhum, pois meu curso é gratuito.
- B ( ) Nenhum, embora meu curso não seja gratuito.
- C ( ) ProUni integral.
- D ( ) ProUni parcial, apenas.
- E ( ) FIES, apenas.
- F ( ) ProUni Parcial e FIES.
- G ( ) Bolsa oferecida por governo estadual, distrital ou municipal. H ( ) Bolsa oferecida pela própria instituição.
- I ( ) Bolsa oferecida por outra entidade (empresa, ONG, outra).
- J ( ) Financiamento oferecido pela própria instituição. K ( ) Financiamento bancário.
12. Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de auxílio permanência? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.
- A ( ) Nenhum.
- B ( ) Auxílio moradia.
- C ( ) Auxílio alimentação.
- D ( ) Auxílio moradia e alimentação.
- E ( ) Auxílio Permanência.
- F ( ) Outro tipo de auxílio.
13. Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de bolsa acadêmica? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.
- A ( ) Nenhum.

- B ( ) Bolsa de iniciação científica.  
 C ( ) Bolsa de extensão.  
 D ( ) Bolsa de monitoria/tutoria.  
 E ( ) Bolsa PET.  
 F ( ) Outro tipo de bolsa acadêmica.
14. Durante o curso de graduação você participou de programas e/ou atividades curriculares no exterior? A ( ) Não participei.  
 B ( ) Sim, Programa Ciência sem Fronteiras.  
 C ( ) Sim, programa de intercâmbio financiado pelo Governo Federal (Marca; Brafitec; PLI; outro).  
 D ( ) Sim, programa de intercâmbio financiado pelo Governo Estadual.  
 E ( ) Sim, programa de intercâmbio da minha instituição. F ( ) Sim, outro intercâmbio não institucional.
15. Seu ingresso no curso de graduação se deu por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social? A ( ) Não.  
 B ( ) Sim, por critério étnico-racial.  
 C ( ) Sim, por critério de renda.  
 D ( ) Sim, por ter estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos.  
 E ( ) Sim, por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores. F ( ) Sim, por sistema diferente dos anteriores.
16. Em que unidade da Federação você concluiu o ensino médio?
- |        |        |        |        |           |
|--------|--------|--------|--------|-----------|
| ( ) AC | ( ) DF | ( ) MT | ( ) RJ | ( ) SE    |
| ( ) AL | ( ) ES | ( ) PA | ( )    | ( ) SP    |
| AM     | ( ) GO | ( ) PB | RN     | ( ) TO    |
| ( ) AP | ( ) MA | ( ) PE | ( )    | ( ) Não   |
| ( ) BA | ( ) MG | ( ) PI | RO     | se aplica |
| ( ) CE | ( ) MS | ( ) PR | ( ) RR |           |
|        |        |        | ( ) RS |           |
|        |        |        | ( ) SC |           |
17. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio? A ( ) Todo em escola pública.  
 B ( ) Todo em escola privada (particular).  
 C ( ) Todo no exterior.  
 D ( ) A maior parte em escola pública.  
 E ( ) A maior parte em escola privada (particular). F ( ) Parte no Brasil e parte no exterior.
18. Qual modalidade de ensino médio você concluiu?  
 A ( ) Ensino médio tradicional.  
 B ( ) Profissionalizante técnico (eletrônica, contabilidade, agrícola, outro).  
 C ( ) Profissionalizante magistério (Curso Normal).

- D ( ) Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Supletivo. E ( ) Outra modalidade.
19. Quem lhe deu maior incentivo para cursar a graduação?  
A ( ) Ninguém.  
B ( ) Pais.  
C ( ) Outros membros da família que não os pais.  
D ( ) Professores.  
E ( ) Líder ou representante religioso.  
F ( ) Colegas/Amigos. G ( ) Outras pessoas.
20. Algum dos grupos abaixo foi determinante para você enfrentar dificuldades durante seu curso superior e concluí-lo?  
A ( ) Não tive dificuldade.  
B ( ) Não recebi apoio para enfrentar dificuldades.  
C ( ) Pais.  
D ( ) Avós.  
E ( ) Irmãos, primos ou tios.  
F ( ) Líder ou representante religioso.  
G ( ) Colegas de curso ou amigos.  
H ( ) Professores do curso.  
I ( ) Profissionais do serviço de apoio ao estudante da IES.  
J ( ) Colegas de trabalho. K ( ) Outro grupo.
21. Alguém em sua família concluiu um curso superior?  
A ( ) Sim.  
B ( ) Não.
22. Excetuando-se os livros indicados na bibliografia do seu curso, quantos livros você leu neste ano?  
A ( ) Nenhum.  
B ( ) Um ou dois.  
C ( ) De três a cinco.  
D ( ) De seis a oito. E ( ) Mais de oito.
23. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedicou aos estudos, excetuando as horas de aula?  
A ( ) Nenhuma, apenas assisto às aulas.  
B ( ) De uma a três.  
C ( ) De quatro a sete.  
D ( ) De oito a doze. E ( ) Mais de doze.
24. Você teve oportunidade de aprendizado de idioma estrangeiro na Instituição?  
A ( ) Sim, somente na modalidade presencial.  
B ( ) Sim, somente na modalidade semipresencial.

- C ( ) Sim, parte na modalidade presencial e parte na modalidade semipresencial.  
D ( ) Sim, na modalidade a distância. E ( ) Não.

25. Qual o principal motivo para você ter escolhido este curso?

- A ( ) Inserção no mercado de trabalho.  
B ( ) Influência familiar.  
C ( ) Valorização profissional. D ( ) Prestígio Social.  
E ( ) Vocação.  
F ( ) Oferecido na modalidade a distância.  
G ( ) Baixa concorrência para ingresso. H ( ) Outro motivo.

26. Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de educação superior?

- A ( ) Gratuidade.  
B ( ) Preço da mensalidade.  
C ( ) Proximidade da minha residência.  
D ( ) Proximidade do meu trabalho.  
E ( ) Facilidade de acesso.  
F ( ) Qualidade/reputação.  
G ( ) Foi a única onde tive aprovação.  
H ( ) Possibilidade de ter bolsa de estudo. I ( ) Outro motivo.

A seguir, leia cuidadosamente cada assertiva e indique seu grau de concordância com cada uma delas, segundo a **escala** que varia de **1 (discordância total)** a **6 (concordância total)**. Caso você julgue não ter elementos para avaliar a assertiva, assinale a opção “Não sei responder” e, quando considerar não pertinente ao seu curso, assinale “Não se aplica”.

<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA/INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES FÍSICAS/OPORTUNIDADES DE AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL</b>	<small>Discordo</small> <b>Totalmente</b>					<small>Concordo</small> <b>Totalmente</b>	
27. As disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadão e profissional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
28. Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
29. As metodologias de ensino utilizadas no curso desafiaram você a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
30. O curso propiciou experiências de aprendizagem inovadoras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
31. O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
32. No curso você teve oportunidade de aprender a trabalhar em equipe.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
33. O curso possibilitou aumentar sua capacidade de reflexão e argumentação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
34. O curso promoveu o desenvolvimento da sua							( ) Não sei

capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	responder ( ) Não se aplica
35. O curso contribuiu para você ampliar sua capacidade de comunicação nas formas oral e escrita.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
36. O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
37. As relações professor-aluno ao longo do curso estimularam você a estudar e aprender.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
38. Os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica





profissional.							( ) Não se aplica
49. O curso propiciou acesso a conhecimentos atualizados e/ou contemporâneos em sua área de formação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
50. O estágio supervisionado proporcionou experiências diversificadas para a sua formação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
51. As atividades realizadas durante seu trabalho de conclusão de curso contribuíram para qualificar sua formação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
52. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
53. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
54. Os estudantes participaram de avaliações periódicas do curso (disciplinas, atuação dos professores, infraestrutura).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
55. As avaliações da aprendizagem realizadas durante o curso foram compatíveis com os conteúdos ou temas trabalhados pelos professores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica

56. Os professores apresentaram disponibilidade para atender os estudantes fora do horário das aulas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
57. Os professores demonstraram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
58. Os professores utilizaram tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino (projeter multimídia, laboratório de informática, ambiente virtual de aprendizagem).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
59. A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
60. O curso disponibilizou monitores ou tutores para auxiliar os estudantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
61. As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
62. Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
63. Os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica

64. A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.	◦	◦	◦	◦	◦	◦	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
65. A instituição contou com biblioteca virtual ou conferiu acesso a obras disponíveis em acervos virtuais.	◦	◦	◦	◦	◦	◦	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
66. As atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula possibilitaram reflexão, convivência e respeito à diversidade.	◦	◦	◦	◦	◦	◦	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
67. A instituição promoveu atividades de cultura, de lazer e de interação social.	◦	◦	◦	◦	◦	◦	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica
68. A instituição dispôs de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atenderam as necessidades dos seus usuários.	◦	◦	◦	◦	◦	◦	( ) Não sei responder ( ) Não se aplica